

Avaliando a Extensão: UFPR no avesso do avesso do avesso*

*Tânia Maria Baibich***
*Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde****

Resumo: O artigo relata a experiência pioneira no País de sistematização de avaliação da extensão universitária. O referido processo foi desenvolvido na Universidade Federal do Paraná no ano de 1995/96.

Foram minuciosamente analisados os Cursos e Eventos; as Ações Complementares; os Programas e Projetos e o Programa Institucional de Bolsa Extensão.

Críticas ao processo e aos seus resultados são referidas, bem como as mudanças, em curso, definidas para a avaliação do período 96/97.

Palavras-chave: Avaliação/Extensão UFPR; Cursos, Eventos, Ações Complementares, Programas, Projetos, Programa Institucional de Bolsas.

Abstract: The article relates a pioneer experience in the country, the systematization of the universitarian extension's evaluation. The referred process was developed in the Federal University of Paraná in the year of 1995/96.

The Courses and Events; the Complementary Actions; the Programs and Projects and the Institutional Program of Extension Scholarship were minutely analysed.

Comments upon the process and its results are reported, as well as the changes, in progress, defined for the evaluation of period 96/97.

Keywords: Evaluation / Extension UFPR; Courses, Events, Complementary Actions, Programs, Projects, Institutional Program of Scholarship.

*A extensão se desnudou.
Suprimiu pudores. Driblou vergonhas.
Mostrou a cara, o peito, o pé.
Rugas, mofo, excessos e faltas
compartilhando espaços com
cores, luzes, harmônicos movimentos,
insinuantes relações.
A extensão se desnudou.
Criou vergonha,
Na cara.
Já era hora.
Já era tempo.
Não perca tempo.
Venha ver.*

(Tânia Maria Baibich)

APRESENTAÇÃO

Segundo orientação do *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Vitória-1994)*, bem como do *Plano de Gestão da UFPR (1994-1998)* desenvolvemos, no decurso de 1995, experiência inovadora de avaliação das ações extensionistas da Universidade que teve como resultado, além da ampla discussão da comunidade interna com pareceristas convidados de fora da instituição, a publicação de um *Caderno de Avaliação*, a formulação de uma *Proposta de Resolução de Prestação de Serviços* bem como de reformulação da atual *Resolução de Extensão* vigente desde 1993.

* *As autoras se reservaram o direito de incluir neste artigo trechos de textos - adaptados ou não, de sua autoria - do Caderno Avaliação da Extensão Universitária (UFPR, Curitiba, 1996), do qual foram organizadoras.*

** *Tânia Maria Baibich*, Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPR

*** *Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde*, Coordenadora de Extensão da UFPR

Como foi afirmado anteriormente (BAIBICH & GUIMARÃES, 1995):

“ a atividade extensionista se firma como espaço altamente favorável à abertura de canais, não só na relação externa da Universidade, mas também no âmbito interno, visando à mudança das estruturas sociais e das acadêmicas. O perfil, visto como um diagnóstico, mostra a existência de uma lacuna entre esse potencial e a realidade. A lacuna, na verdade, liga-se inicialmente à própria distância que comprovamos entre “intenção e gesto” (BAIBICH, 1995), que se dá entre o conceito de extensão apregoado em 1987 e a prática extensionista que se efetiva. Na nossa visão, essa lacuna pode ser transposta no momento em que a extensão passe a incorporar sua ação de forma integrada a um repensar permanente, que permita sistematizar o conhecimento produzido no contato com a realidade social, divulgar a reflexão dele conseqüente e propor formas possíveis de mudança”.

O processo de reflexão que ora é relatado tomou como ponto de partida os trabalhos do *Perfil nacional da extensão nas Universidades públicas brasileiras* (BAIBICH, 1995); do *Perfil da extensão universitária na Região Sul* (BAIBICH & GUIMARÃES, 1995)- dos dados relativos aos *Cursos e Eventos de extensão da UFPR 1994/1995*; das *Ações Complementares da UFPR 1994/1995*, das análises dos *Programas e Projetos UFPR 1995* e do *Programa de Bolsa Extensão da UFPR 1995*.

Os objetivos anteriores a esse processo, que em seu decurso foram acrescidos de outros tantos, eram basicamente os seguintes:

- traçar um diagnóstico atualizado das ações de extensão relativas a Cursos e Eventos da Universidade;
- traçar o desenho do estado da arte dos Programas e Projetos no que tange à participação dos alunos, discussão com os pares para a aprovação do projeto, forma de interação com a comunidade, transformações no ensino e na produção de conhecimento, políticas internas, transformações sociais, avaliação e resultados do *Programa Institucional de Bolsas de Extensão*
- apontar sugestões de alterações para a resolução que rege a extensão na instituição,
- colaborar na elaboração de uma política de prestação de serviços para a UFPR.

METODOLOGIA

Relativamente aos Cursos e Eventos, após criação de sistema totalmente informatizado dos dados, analisamos tanto no âmbito departamental e setorial quanto no geral, quanti-

tativa e qualitativamente os seguintes aspectos: número de cursos ofertados, porcentagem, carga horária, relatórios entregues, vagas, inscrições, certificados, reuniões realizadas para aprovação, taxas de inscrição (valor, inexistência, isenção para alunos etc.), receita, despesa, tramitação dos processos (discussão do mérito das propostas e respeito aos prazos regimentais).

Com relação aos Programas e Projetos, cada relatório de coordenador foi analisado recebendo, após discussão do Comitê Assessor de Extensão, parecer por escrito, encaminhado ao coordenador do Projeto e posterior análise do conjunto dos pareceres pelas autoras deste trabalho, Pró-Reitora e Coordenadora de Extensão, respectivamente.

Já os relatórios dos alunos bolsistas, também analisados um a um, mereceram análise geral tal como os relatórios dos professores coordenadores.

De posse das observações relativas à *Prestação de Serviços*, que de fato ainda que não de direito regulamentada - ocorrem na instituição, foi elaborada em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação proposta de Resolução que foi encaminhada a toda a comunidade universitária e, posteriormente, agregada das críticas e sugestões formuladas por escrito ou nas diversas reuniões de discussão ocorridas, dirigidas ao presidente do Conselho Universitário.

A proposta de mudança da Resolução que rege as ações de Extensão sofreu processo semelhante e foi encaminhada ao presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para sua análise e aprovação.

O Caderno contendo todas as análises e exposição dos dados foi levado à discussão em cada um dos Setores da Universidade, em Mesa Redonda que contou com dois críticos externos a instituição, reconhecidos pela comunidade acadêmica por sua competência na área da Extensão e da Avaliação e um representante do Setor em questão. Apenas um Setor preferiu discutir em reunião setorial ao invés de proceder a Mesa Redonda, como fizeram os demais.

REFLEXÃO CRÍTICA

Em 1993, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura elaborou proposta de Resolução para normatizar as atividades de extensão da UFPR. Após análise da comunidade, a proposta foi aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, hoje Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, como *Resolução 24/93*.

A Resolução, além de abrigar a prestação de serviços enquanto atividade passível de ser realizada pela universidade, denominando-a de *ação complementar*, mantém, como atividade de extensão, os *projetos e cursos* criando, também, as modalidades *programas e eventos*.

Ainda que discussões acerca da política de prestação de serviços tenham sido efetivadas aqui e na maioria das Universidades públicas brasileiras, gerando, em várias delas, resoluções normativas, não chegamos ao estágio de institucionalização daquilo que, sem dúvida, vem ocorrendo cada vez mais intensamente na UFPR.

Cabe ressaltar que, desde o princípio da vigência desta Resolução, em abril de 1993, não mais do que dez ações complementares foram registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, quantidade bastante tímida ao se considerar a totalidade das atividades realizadas.

Deve ser lembrado, entretanto, que os Cursos e Eventos de Extensão - em número de 480 no ano de 1995 - apresentaram um significativo incremento de 42% em relação a 1994, e uma diferença também relevante com relação ao número de projetos - setenta em 1995 -, representando muitas vezes a forma mais tradicional da prestação de serviços desenvolvida pela Universidade.

Somente em 1995, os Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão e o de Administração da UFPR aprovaram resolução para regulamentar os cursos de especialização da instituição, bem como a forma de gerenciamento dos recursos auferidos por meio dos mesmos para os quais não havia, até então, uma política normativa.

Os dados que subsidiaram esta análise foram obtidos a partir das 480 propostas e 375 relatórios (78,12%) entregues até março de 1995. Cabe lembrar que a ausência de relatórios dificultou a análise e a avaliação das atividades desenvolvidas pela UFPR.

OUTROS NÚMEROS

Foram ofertadas 30.797 vagas, numa média de 64,16 alunos por curso ou evento. Do total das vagas houve 17.443 inscritos, representando uma defasagem de 43,4% entre a expectativa e a demanda. Destes, 14.653 participantes obtiveram o direito ao certificado, havendo uma perda de 16%.

Diversos foram os critérios adotados para a participação nos Cursos e Eventos, como pode-se observar.

- em 120 cursos (25%) e/ou as inscrições foram gratuitas;
- 59 cursos e/ou eventos (16,38%) apresentaram taxas diferenciadas para alunos, docentes e profissionais;
- dos 360 cursos e/ou eventos que cobraram taxas de inscrição, os valores foram bastante variados. O valor de R\$ 7,66 constituiu, entre as diversas unidades, a média entre as taxas mais baixas cobradas.
- a média mais cara ficou calculada em R\$ 39,91. A menor taxa cobrada foi de R\$ 0,20 e a maior de R\$ 190,00.
- as receitas e despesas variadas apresentaram os seguintes índices finais:

RECEITA - R\$ 382.572,01 - DESPESA - R\$ 382.573,93 = + R\$ 1,92

Dos 480 cursos e eventos ofertados:

- 66 (13,75%) foram tramitados *ad referendum* dos Departamentos e/ou Unidades e 88 *ad referendum* dos Setores, evitando-se, assim, que muitas propostas fossem discutidas em seus colegiados específicos e analisadas no seu mérito.
- 88 (18,33%) foram encaminhados fora do prazo estipulado pela Resolução n.º 24/93-CEP; ou seja, de trinta dias para cursos de extensão e vinte para eventos de extensão.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

É sempre necessário considerar que, corroborando a análise do Perfil Nacional, a UFPR também possui uma porcentagem bastante alta de seus alunos nos Cursos e Eventos de Extensão, chamada de "*extensão para dentro*" no estudo já citado e caracterizada enquanto formas de preenchimento de lacunas curriculares, de vazios de carga horária docente, de pontuação para ascensão na carreira etc.

Dado que merece observação mais acurada neste caso, considerando a "*extensão para dentro*", foi o do número de cursos e eventos que cobraram taxas de inscrição:

- em 1995, 77,5% dos cursos e eventos cobraram taxas, 25% dos quais propuseram diferenciação de valor especialmente para aluno. A prática da taxa diferenciada ocorreu sobretudo nos setores de Tecnologia, Ciências Jurídicas e Biológicas;
- a média do valor das taxas de inscrição em 1995 foi de R\$ 23,78 por aluno. As menores taxas foram dos setores de Educação, Ciências Humanas, da Saúde e Exatas. Os setores que cobraram as taxas mais altas para participação em seus cursos foram os de Ciências Biológicas e de Tecnologia. O maior valor cobrado foi de R\$ 190,00, por aluno.

Compondo este mesmo cenário, observa-se que a realidade nacional, na qual o descaso com o ensino público, mais especialmente de nível superior, é agudizado sobremaneira com a política neoliberal do atual governo, que parece "empurrar" a universidade pública para uma busca desenfreada de recursos financeiros de variadas ordens.

De 1991 até hoje, verifica-se, ano a ano, um significativo incremento no número de cursos e eventos de extensão. O maior aumento ocorreu de 1994 a 1995, na ordem de 42,1%, enquanto que, em 1991, foram emitidos 4728 certificados de extensão. Em 1995, tal número chegou a 14.653 certificados.

Estes dados tornam possível o levantamento da hipótese de que, no bojo da busca desenfreada por recursos financeiros, que apontamos acima, agregada a currículos desatualizados e pouco flexíveis, vem ocorrendo, de maneira subjacente, uma cobrança do ensino. Não olhar para este

fato, ou olhar sem ver, não altera a situação. Faz-se necessário, e urgente, que uma política consensual defina os limites do possível.

É nítida a falta de qualquer política para a cobrança de taxas, embora os Departamentos e Setores tenham tomado para si, como de direito, a análise de um maior número de propostas (em 1994, 54,2% das propostas foram aprovadas *ad referendum* da Plenária Setorial, enquanto que em 1995 tais índices caíram respectivamente para 13,75% e 18,75% - dado que nos parece refletir o trabalho da Pró-Reitoria e da Câmara de Extensão do Cepe no acompanhamento e avaliação das propostas.

Ainda constitui uma incógnita o mecanismo de entrada e de saída dos recursos advindos de cursos e eventos de extensão, pois grande parte deles não é contabilizada como arrecadação direta para a universidade e, portanto, ficam isentos de qualquer controle institucional, configurando uma irregularidade.

Ao mesmo tempo, não se observa nenhum tipo de controle uniforme para todas as unidades da instituição relativamente às taxas cobradas ou ao investimento realizado com os recursos arrecadados. Despesas com *coffee-break*, estacionamento, combustível, entre outros, sem um controle efetivo, têm causado estranheza a quem analisa os processos. Não há, porém, impedimentos nem definições sobre a questão. Muitos docentes, coordenadores de cursos e/ou eventos, referem-se a dificuldades em administrar pagamentos corriqueiros caso os recursos componham o orçamento da Universidade. É o que ocorre, por exemplo, com o pagamento de refeições.

Por outro lado, vários coordenadores apontam o fato de investir seus próprios recursos financeiros para pagamento de transporte, refeições, água, café, entre outras despesas, para os palestrantes.

Igualmente indefinida está a administração dos espaços e equipamentos. Temos informações de unidades que cobram o uso dos espaços, taxas de limpeza e aluguel de recursos e equipamentos didáticos. No entanto, isto se dá de maneira velada.

Os relatórios não demonstram com exatidão a aplicação dos recursos e há falta de normas para este fim. Há ocorrência de compra de equipamentos, embora a Resolução 24/93 do CEP determine a exclusividade do uso de recursos para atividades de extensão. Também é comum a ocorrência de propostas de compra de computadores, estantes, mesas e similares, por exemplo.

Não podemos deixar de enfatizar, entretanto, que o número de cursos e eventos ofertados à população, sem cobrança de taxa, especialmente nestes tempos de "aridez" orçamentário-financeira à qual a Universidade foi condenada, reforça o fato de que o compromisso social permanece pulsando.

Em 1994, 15,7% do total de cursos e eventos foram

isentos de taxa de inscrição e, em 1995, esse número aumentou para 22,5%.

Relativamente à população atingida pelos cursos e eventos de Extensão, ainda é necessário ressaltar que a defasagem entre a expectativa número de vagas ofertadas) e a demanda (número de alunos inscritos) foi de 30.797 para 17.443; ou seja, um gradiente de 43,4%.

Interpretamos este dado como resultante de um planejamento aleatório, que tanto gera frustração como problemas financeiros.

Quanto à evasão, houve uma perda de 16% entre o número de inscritos e o de certificações, sem contar que em alguns cursos, cuja frequência não fosse controlada, bastou matricular-se para merecer o certificado de conclusão. Entendemos que esta questão afetou diretamente a qualidade dos cursos e eventos.

A carga horária dos cursos de extensão tem sido bastante diversa. Os períodos de duração dos mesmos variam de 15 até 780 horas, assumindo, muitas vezes, características de atualização, aperfeiçoamento, complementação curricular. Os certificados, no entanto, são idênticos.

Já os eventos, pelo fato de demandarem um processo mais ágil para sua tramitação, têm apresentado muitas vezes característica de cursos, variando sua carga horária entre duas e 180 horas/aula.

Não resta dúvida de que se faz necessário rever a legislação que regulamenta estas atividades.

A avaliação de alguns dos resultados relativos aos cursos e eventos de extensão permite-nos reforçar a idéia de que é necessário definir e normatizar uma política clara de prestação de serviços na universidade, que tome transparente o que hoje se dá de forma velada e que permita à instituição também partilhar dos ganhos que com ela ocorrem, e que hoje são apenas dos Departamentos envolvidos.

Relativamente à avaliação dos cursos e eventos, até final de 1995, apenas o relatório apresentado à Pró-Reitoria, abordando os aspectos quantitativos e não os qualitativos, era utilizado como instrumento de avaliação destas ações. Juntamente com a Câmara do Cepe, responsável pela Extensão, foi elaborado questionário de análise a ser preenchido pelos participantes dos Cursos e dos Eventos, no intuito de diagnosticar com maior acuidade, mediante a apreciação dos alunos, o desenvolvimento das atividades, a fim de tomar possíveis as necessárias mudanças de rumo.

Ainda no que tange à qualidade no controle e agilidade da tramitação da emissão de certificados, que padecia de importante lentidão até 1995, melhoria significativa se deu no final do ano com a implantação de sistema informatizado de controle de cursos e de emissão de certificados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Nesta publicação, são apontadas sugestões que tratam de alterações necessárias recomendadas pela Pró-Reito-

ria e pelo Comitê Assessor de Extensão à Resolução 24193 do CEP, a serem analisadas pelo atual CEPE.

PROJETOS E PROGRAMAS NA UFPR

O processo de avaliação dos Programas e Projetos na UFPR começa com a apreciação das propostas pelos seus pares. Inicialmente, o mesmo se dá nos Departamentos envolvidos. Em seguida, o Setor e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, com a análise do Comitê Assessor de Extensão, se juntam a esse trabalho.

A análise das propostas pelo Comitê verifica especialmente os seguintes aspectos:

- tramitação completa, com garantia de discussão de mérito nas respectivas instâncias,
- verificação da coerência da proposta com a concepção de extensão expressa na resolução que normatiza esta prática na Universidade;
- observância da participação de alunos, da interdisciplinaridade e da questão dos recursos financeiros alocados;
- explicitação justificada da demanda por parte da comunidade parceira ou do entendimento da pertinência do trabalho mesmo sem demanda sistematizada;
- possibilidades de integração com outros projetos já em desenvolvimento ou também por iniciar;
- metodologia que garanta a adequação à natureza da ação extensionista;
- possibilidade de adequação aos programas de fomento;
- clareza da proposta e linguagem utilizada.

Após análise e discussão, os pareceres do Comitê apontam, em geral, para:

1. aprovação e registro com recomendações, quando necessárias;
2. devolução para reformulação com auxílio do relator ou da equipe técnica da Pró-Reitoria;
3. devolução com sugestões para reformulação;
4. devolução para registro em instância mais adequada;

Até o ano de 1994, o processo de avaliação tinha sua culminância no envio do relatório à Pró-Reitoria, pelo professor coordenador.

O relatório, analisado pela Coordenadoria de Extensão, não costumava resultar alguma informação ou comentário ao coordenador ou aos bolsistas.

No ano de 1995, foi introduzida uma importante alteração referente à avaliação dos Projetos e Programas de Extensão da UFPR: um *Modelo de Relatório Final* foi remetido aos 70 coordenadores de Projetos.

O Comitê Assessor de Extensão não apenas analisou cada uma das 61 propostas que retornaram como, também,

encaminhou considerações a todos os professores coordenadores. Por sua vez, os alunos bolsistas encaminharam à Pró-Reitoria suas avaliações.

Tal metodologia de avaliação gerou uma gama significativa de elementos capaz de fornecer um diagnóstico bem mais próximo da realidade da Extensão, hoje, em nossa instituição.

A análise dos relatórios - com a discussão do Comitê Assessor e a devolução de parecer ao professor coordenador - serviu tanto para dissipar o caráter meramente fiscalizador deste tipo de instrumento de avaliação quanto para transcender o reducionismo da natureza única de "muro de lamentações", também própria desta ferramenta que constitui um relatório final.

A possibilidade de responder diretamente aos professores objetivou a orientação dos caminhos adequados a serem percorridos na instituição, favorecendo, desta forma, o andamento dos projetos. Também foi possível, mediante esta "conversa" com cada coordenador, repensar algumas estratégias de ação da Pró-Reitoria.

Como decorrência desta análise mais acurada, fez-se possível a conclusão formal daqueles projetos cuja natureza não se encontrava coerentemente adequada ao entendimento de Extensão da UFPR. Tais projetos somavam 10% do total e se caracterizavam como:

- projetos com características quase exclusivamente de pesquisa, em fase de levantamento de dados diagnósticos, havia dois ou três anos, sem intervenção na realidade;
- projetos que se confundiam com Disciplina de Prática de Ensino, ou de outros tipos de estágios;
- projetos elaborados sem demanda específica de alguma comunidade podendo ser oferecidos, como prestação de serviços a qualquer comunidade que viesse a se interessar, caracterizando uma Ação Complementar.

ATIVIDADES DO PROGRAMA DE BOLSA-EXTENSÃO DA UFPR

Os bolsistas afirmam, em maioria, que sua participação nos projetos favorece o contato com profissionais da área, o trabalho prático, a oportunidade de conhecer novas tecnologias, o desenvolvimento de pesquisas e estudos, a auto-iniciativa, a autonomia de decisão, o aperfeiçoamento e até a revisão de muitos dos conteúdos.

Os professores coordenadores, sem exceção, consideraram a participação dos alunos bolsistas condição fundamental para a efetivação do trabalho. Ressaltaram também a importância do aumento do número de bolsas, enfatizando,

entretanto, a necessidade de igualar os valores das distintas bolsas-. *Iniciação Científica*, do CNPQ; *Licenciar*, do MEC e *Programa Institucional de Bolsas*, da UFPR, a fim de que não se percam alunos dos projetos de extensão para outras modalidades, por questões eminentemente financeiras.

Muitos coordenadores também solicitaram, para seus bolsistas, vales-transporte; início do pagamento da bolsa com o início do ano letivo; continuidade da bolsa durante as férias de final de ano; desburocratização da forma de pagamento; incremento das condições de transporte; realização de encontros entre os bolsistas; além de material para os projetos.

Os bolsistas, por sua vez, de forma quase unânime, afirmaram que a participação nos projetos tem favorecido o contato com profissionais da área, a experiência de trabalho prático, a oportunidade de conhecer novas tecnologias, o desenvolvimento de pesquisas e estudos, a auto-iniciativa, a autonomia de decisão, o aperfeiçoamento e até a revisão de muitos dos conteúdos "passados de forma insuficiente nas aulas" (sic).

Declararam ainda que a experiência propiciada pela relação da universidade com a comunidade, sobretudo as carentes, permitiu que compreendessem o que é uma universidade pública.

Tanto alunos quanto professores solicitaram à Pró-Reitoria que criasse oportunidades de discussão e divulgação dos trabalhos. Da mesma forma, foi indicada a necessidade de que os professores e alunos ainda não envolvidos com ações de extensão fossem sensibilizados para a importância dessa função da universidade.

Foi sugerido também que as Coordenações de Cursos viabilizassem melhor aproveitamento do tempo acadêmico no sentido de que os alunos não prejudiquem seu tempo de disponibilidade para o projeto devido ao excesso de atividades didáticas.

Os alunos apontaram ainda a necessidade de mais divulgação dos projetos, sua integração com áreas afins e sua publicação.

Das solicitações propostas, algumas não têm sido atendidas por questões de impedimentos legais. É o caso, por exemplo, do repasse de vale-transporte para quem não seja servidor da instituição.

Quanto à duração do *Programa de Bolsas*, há uma dependência direta do orçamento de cada exercício. Como o Orçamento Geral da União, nos últimos anos, não tem sido aprovado nos primeiros meses do ano, não vem sendo possível definir os limites do Programa relativamente aos recursos financeiros.

No que se refere a maior volume de recursos para apoio aos projetos de extensão, reivindicação que nos parece justa, cabe ressaltar, entretanto, que a UFPR é uma das universidades brasileiras que mais tem investido em exten-

são, com recursos próprios, em que pesem as dificuldades orçamentário-financeiras das IFES em geral. O aporte de recursos oriundos dos Programas de Fomento, além de terem diminuído, atrasam sobremaneira, dificultando toda e qualquer tentativa de respeito a cronogramas de liberação.

O problema criado pela diferença entre os valores da *Bolsa do CNPQ*, do *Programa Licenciar* e do *Programa Institucional* tem sido bastante acentuado porque torna distinto o que é para ter o mesmo grau de importância.

A Reitoria entendeu, contudo, que na impossibilidade de manter o número de bolsistas próximo à demanda, caso o valor da bolsa fosse equiparado ao do CNPq, seria mais adequado manter o número de bolsas para não inviabilizar significativa quantidade de projetos.

Quanto às solicitações de desburocratização do pagamento das bolsas, tomamos a iniciativa para que o coordenador do projeto - e não a PROEC - recebesse os relatórios mensais dos alunos, facilitando e agilizando o controle e a liberação do recurso.

Há um apelo dos alunos para que a Pró-Reitoria avilie também os professores coordenadores no que se refere a: acompanhamento do trabalho, realização de reuniões sistemáticas para discussão e integração dos bolsistas, tratamento isonômico aos alunos participantes dos projetos, definição clara de objetivos e metas. Tais proposições serão discutidas com os professores coordenadores para encaminhamento posterior.

Eis algumas sugestões dos alunos para a continuidade dos projetos, para envio aos respectivos coordenadores:

- ampliação do campo de atuação;
- incremento da relação teoria e prática;
- busca da interdisciplinaridade;
- realização de novas parcerias e convênios.

Outras sugestões tais como: publicações, encontros e busca de integração entre os projetos têm constituído permanente preocupação da Pró-Reitoria, que já viabilizou várias iniciativas e assim entende que assim deva continuar procedendo.

Propostas como reuniões de bolsistas, reuniões setoriais abertas e maior divulgação dos projetos devem ser incorporadas ao planejamento da Pró-Reitoria e efetivadas ainda em 1996.

Um tema que nos parece de fundamental importância, o da relação entre a teoria e a prática - e como consequência o das possíveis alterações curriculares - quase não foi abordado pelos professores e pelos alunos. Quando ocorreu, em geral, foi de forma equivocada. Para os bolsistas, a teoria está no ensino enquanto o projeto de extensão lida com a prática. Quanto ao conhecimento, esta concepção cindida merece séria e profunda discussão, para que se possa favorecer a integração ora inexistente ou, no máximo, precária.

A análise dos alunos bolsistas reforça nossa idéia de que são eles veículos fundamentais para efetivação: das transformações curriculares; da possibilidade mais intensa da interdisciplinaridade; da verdadeira formação competente, técnica e politicamente; da conquista da autonomia intelectual; do senso do coletivo; da noção de universidade pública que almejamos tornar real.

AVANÇOS

O estabelecimento de novos campos de atuação e parcerias, a sistematização do conhecimento produzido e a criação de espaço para sua divulgação, além da melhoria do processo de avaliação do fazer acadêmico são alguns avanços evidenciados nas atividades de Extensão da UFPR.

Os dados obtidos mediante análise dos relatórios dos professores coordenadores e dos alunos bolsistas, somados à observação cotidiana da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, permitem algumas considerações de cunho conclusivo referentes à ação extensionista da UFPR no ano de 1995.

As atividades de extensão universitária na UFPR, hoje, compõem um cenário no qual convivem projetos de "mão-única"...

(...) nos quais ocorre difusão do conhecimento acadêmico, desconsiderando o parceiro em suas demandas, contribuições e conhecimento. Da mesma forma, a partir desse tipo de projeto, não se observa qualquer reflexo posterior para a mudança do ensino de graduação, ainda que ocorra envolvimento de alunos na atividade.

Além disso, também convivem nesse contexto projetos de justaposição...

(...) que consideram o(s) parceiro(s) envolvido(s) sobretudo na demanda, o que necessariamente não implica uma troca efetiva com a comunidade externa, de forma que esta avalie ou proponha mudanças durante o processo. Essa relação não concorre, na maior parte dos casos, para transformar a prática acadêmica. O exemplo mais flagrante é o do envolvimento de alunos apenas de final de curso em projetos de extensão.

Os projetos de articulação, por sua vez, envolvem distintos graus: ensino e extensão, difusão e produção, teoria e prática, universidade e sociedade, buscando organizar entre si e envolver, parcialmente que seja, vários elementos-

(...) a) reflexo no âmbito da disciplina, alterando conteúdos e a própria atitude epistemológica do docente, que passa a refletir sobre sua ação, considerando a parceria externa envolvida;

b) participação reflexiva dos estudantes, não apenas como quem cumpre mais um crédito de graduação, mas como atores, co-responsáveis pela sua formação, sujeitos epistêmicos e cidadãos. Trata-se de construir o ser profissional ao longo do curso e não apenas a partir do estágio; daí a importância de a atividade envolver um número considerável de estudantes em diversos momentos do curso;

c) mudança curricular, para possibilitar que o "real" entre em cena desde o início da formação do profissional, dando uma conotação distinta para o previamente estabelecido, enquanto modelo técnico;

d) construção de um novo conhecimento, pela interação do real com o saber acadêmico, pela possibilidade de traçar um paralelo entre o saber popular e o saber acadêmico;

e) evidência de transformação social, que redunde em melhoria da qualidade de vida.

Com relação ao estabelecimento de parcerias, verifica-se distintas formas de exercitar a relação com a comunidade-

- 1. parceiro não é parceiro nem na demanda;*
- 2. parceiro participa da demanda, porém não participa do planejamento, da execução, do acompanhamento nem da avaliação;*
- 3. parceiro participa inclusive da avaliação e, às vezes, vai aos poucos assumindo o projeto enquanto seu, prescindindo da participação da universidade.*

Tomando como referência o documento diagnóstico da extensão na UFPR, quando da elaboração do plano de gestão 94/98 da Universidade, pode-se verificar que quase todos os objetivos, ali propostos, foram atingidos.

Desse modo, acreditamos ter contribuído para que os seguintes avanços fossem evidenciados :

- informatização dos dados acerca dos cursos e eventos;
- acompanhamento e apoio financeiro aos projetos;
- concessão de diárias aos professores em deslocamento por necessidades dos projetos;
- abertura de novos campos de atuação;
- estabelecimento de novas parcerias;
- substantivo incremento do número de Bolsas de Extensão;
- melhoria do processo de avaliação;
- sistematização do conhecimento produzido e a criação de espaço para sua divulgação;
- elaboração de proposta de alteração da Resolução que normatiza a Extensão na Universidade para discussão;

- elaboração de proposta que regulamente a Prestação de Serviços na instituição, para discussão; entre outras.

Também é possível observar os resultados positivos nas ações de extensão decorrentes do acompanhamento mais direto da 3ª Câmara do CEPE, em consonância com a Pró-Reitoria de Extensão.

Entretanto, apesar dos importantes progressos para que a Extensão seja efetivamente articuladora do Ensino e da Pesquisa, transformadora da realidade social, constata-se que o caminho para tal condição requer, por parte da Pró-Reitoria, estratégias que possibilitem a troca de experiências e a integração entre os alunos envolvidos nas ações de extensão, entre os professores coordenadores, além de buscar formas inovadoras de divulgação dos Projetos e Programas tanto junto à comunidade acadêmica quanto no âmbito da sociedade.

O PROCESSO E OS RESULTADOS

Críticas das autoras, dos pareceristas e da comunidade

O trabalho, por seus objetivos, metodologia, resultados das análises, bem como por seu caráter inédito na Universidade Pública Brasileira, foi amplamente reconhecido enquanto exemplo a ser seguido. Entretanto, o próprio processo mostrou falhas significativas tais como:

- falta da avaliação da perspectiva dos parceiros externos (alunos, nos casos dos Cursos e Eventos) e comunidade nos Projetos e Programas.
- omissão de dados de relatórios no Caderno, o que gerou equívocos e mal-estar na comunidade.

- falta de esclarecimento à comunidade sobre o processo de avaliação em desenvolvimento, relativo ao trabalho junto aos Movimentos Sociais, que, este sim em parceria inclusive na avaliação, já se encontra em processo de editoração para lançamento de Caderno especial.

- pouca participação da comunidade universitária no processo de discussão dos resultados dos trabalhos, ainda que as discussões tenham sido de alto nível e extremamente proveitosas.

HORIZONTES DE 1996 e 1997

O processo possibilitou, pela dimensão da avaliação - diagnóstica - articular ações para corrigir rumos e inventar novos horizontes:

- Criação, junto com a Câmara competente do CEPE, de ficha de avaliação dos Cursos e Eventos a ser preenchido pelos alunos.
- Formulação de novo modelo de relatório de Projetos.
- Incremento de reuniões entre os bolsistas.
- Criação de *Home Page* da Extensão da UFPR para compor a Renex (Rede Nacional de Extensão).
- Manutenção da forma de *análise-diálogo* dos relatórios dos Projetos.
- Expansão dos espaços para publicação das reflexões acerca da prática extensionista na instituição.
- Retomada do Projeto *UFPR Prazer em conhecer*, que busca disseminar dentro e fora da instituição o que ela faz e fundamentalmente o que ela é.

PRA MODO DE DESABAFO:
Strip-tease dói. Como dói.

BIBLIOGRAFIA

BAIBICH, Tânia Maria; GUIMARÃES, Ana Maria. Para não dizer que não falei de flores. **Cadernos de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - UFES, Vitória. Ano 1, nº 4, 1995.

Plano de Gestão da Universidade Federal do Paraná.

BAIBICH, Tânia Maria. Universidade Pública: o resgate ao público. **Cadernos de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - UFRGS, Porto Alegre. Ano 2, nº 5, 1996.

BAIBICH, Tânia Maria. Perfil Nacional da Extensão Universitária nas Universidades Públicas Brasileiras. **Cadernos de Extensão**. UFPR/PROEC, Curitiba. Ano 1, nº 1, 1995.